

APLs e a bioeconomia regional

*Marconde Carvalho de Noronha**

Resumo

Este artigo apresenta uma breve análise sobre as abordagens e as ações desenvolvidas em Arranjos Produtivos Locais (APLs) selecionados, enquanto estratégia de fomento a setores produtivos promissores da bioeconomia regional, tanto da parte do aparato institucional como das parcerias entre os agentes econômicos em prol do desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: APL, biodiversidade amazônica, bioeconomia, biotecnologia.

Introdução

O crescente aproveitamento dos recursos da biodiversidade amazônica tem preocupado todo o mundo, no sentido de que essas riquezas não sejam exploradas de forma vil, contribuindo para a sua total degradação. Essa atenção tem se traduzido por estudos e estratégias de usufruto racional desse grandioso patrimônio biológico e econômico da humanidade.

O advento de atividades inovadoras e competitivas e/ou políticas estruturantes oriundas de recentes relações produtivas no contexto mais atual da Amazônia, vem conduzindo, naturalmente, à busca por biotecnologias que possam garantir o desenvolvimento sustentável com base na biodiversidade, desta feita, procurando estabelecer maior integração entre setores produtivos e conferindo aos produtos maior valor agregado nos processos produtivos gerais.

Neste contexto, a estratégia dos APLs na Amazônia, procura aproveitar as sinergias originadas por suas interações com o meio ambiente e, o maior dinamismo tecnológico e alavancagem, visando a reduzir desequilíbrios regionais e má distribuição de renda, na tentativa de atrair grandes investimentos públicos e privados, originar oportunidades de emprego e renda e, conseqüentemente, promover o desenvolvimento sustentável (LASTRES *et al.*, 2002).

É crescente a ação nos APLs da bioeconomia regional, no sentido de buscar melhores perspectivas de inovação tecnológica. A atuação institucional tem sido crucial na medida em que as empresas necessitam, cada vez mais, de políticas que levem em consideração aspectos como a inovação, interação, cooperação e aprendizagem, proporcionando, assim, a inserção e o crescimento dessas empresas no mercado competitivo mundial.

É com este cenário que o presente artigo objetiva analisar algumas abordagens e ações implementadas nos APLs, como meio de fomento a segmentos promissores por parte das diversas instituições que buscam o incremento de setores selecionados no conjunto das atividades da bioeconomia regional, representadas aqui pelas agroindustriais e negócios sustentáveis, a partir da biodiversidade amazônica, indubitavelmente a mais rica do planeta.

Algumas abordagens e reflexões sobre APLs

De acordo com Cassiolato et al. (2001) e Lastres et al. (1998), uma definição adequada e que vem ganhando fôlego é a adotada pela Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais - REDESIST, do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em que inclui não apenas empresas, mas também outras instituições públicas e privadas à formação e treinamento de recursos humanos, P&D e engenharia, promoção e financiamento. Além disso, para contemplar os APLs ainda não inteiramente constituídos e que certamente dominam o cenário da Amazônia, a Redesist adotou o conceito operacional de APL para denominar “aglomerações produtivas cujas articulações entre os agentes locais não são suficientemente desenvolvidas para caracterizá-las como sistemas”.

A concentração geográfica leva ao compartilhamento de visões e valores econômicos, sociais e culturais, e constitui fonte de dinamismo local, bem como diversidade e vantagens competitivas em relação a outras regiões. Geralmente envolve a participação e a interação não apenas de empresas. Podem se incluir universidades, instituições de pesquisas, empresas de consultoria e de assistência técnica, órgãos públicos, organizações privadas e não governamentais, etc.

As empresas em um APL geralmente atuam em um mesmo ramo de negócios e tem sua origem normalmente em trajetórias históricas, formada a partir uma base social e cultural comum, ou seja, resultado de um processo histórico cultural. Ambientes com maior integração, cooperação e principalmente confiança entre os agentes, são mais propícios à construção de um arranjo, em um processo de complementaridade.

Para Crocco (2007) uma característica que merece especial atenção no estudo dos APLs são os diferentes tipos de cooperação, incluindo a cooperação produtiva, visando a obtenção de economias de escala, bem como melhoria dos índices de qualidade e produtividade, diminuição de riscos, custos, tempo e dinamizando o potencial inovativo do APL.

Segundo Krugman (1998), a afinidade das empresas ocorre pelo fato de as regiões serem diferentes quanto aos seus recursos e quanto às suas tecnologias e se especializam nas coisas que fazem relativamente bem; as economias de escala (ou rendimentos crescentes) tornam vantajosos para cada região especializar-se na produção de apenas uma variedade limitada de produtos.

Schimitz (1997) afirma que a formação de um APL não garante ganhos econômicos (crescimento e competitividade), mas facilita o surgimento de características que habilitam tais ganhos.

Os arranjos produtivos locais no incremento da bioeconomia regional

O tema APL se tornou presente na Amazônia com a implementação do programa Plataformas Tecnológicas do Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT, o qual visava a solução de gargalos tecnológicos de áreas prioritárias determinadas em cada região. É possível caracterizar este processo de intervenção institucional como uma estratégia de indução dos APLs, na medida em que o próprio governo nacional passou a dar este

tratamento aos segmentos econômicos escolhidos em 2001: fitoterápicos e fitocosméticos, piscicultura, madeira-móveis e fruticultura.

O lançamento e sensibilização desses APLs iniciais, contou com a participação da SUFRAMA, MCT, Governo do Amazonas, empresários, pesquisadores de diversos institutos e produtores. Ocorreram reuniões de discussão para cada um dos APLs selecionados, com o intuito de agregar instituições para apoiarem e participarem, auxiliando na determinação dos gargalos e colaborando para a solução destes.

A criação do Núcleo de Gestão Compartilhada - NGTC (2004), no âmbito da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia - SECT, interveniente nos projetos do MCT, se constituiu em um apoio vital, posto que teve a missão prioritária de apoiar a manutenção e agregar novos recursos financeiros e, especialmente, gerar informações e conhecimentos que contribuíram para a gestão e transferência, para a economia local, das soluções tecnológicas encontradas. O “I Seminário de APLs e o Desenvolvimento Regional” (2006), organizado pela SECT, se caracterizou como um balanço dos APLs, incluindo apresentações e debates sobre o status dos arranjos definidos como prioritários.

Em 2007, foi realizada em Manaus a “Oficina de Orientação aos Núcleos Estaduais de Apoio aos APLs - Região Norte”, que contou com a participação do Grupo de Trabalho Permanente - GTP APL - mediando os debates e balanços dos estados participantes. Segundo diretriz do MDIC, durante esta oficina, os APLs priorizados, assim como os demais, deveriam ser validados junto ao GTP APL, no grupo dos cinco primeiros APLs priorizados.

APLs priorizados e adicionados no estado do Amazonas

APLs priorizados	APLs adicionados
- Fitoterápicos e fitocosméticos	- Turismo ecológico e rural
- Madeira, móveis e artefatos	- Artesanato e culinária regional
- Polpas, extratos e concentrados de frutas regionais	- Produtos e serviços ambientais
- Produção de pescado	- Construção naval
- Fécula e farinha de mandioca	- Mineração

Fonte: NEAPL/AM. 2008.

Na seqüência, foi realizada a Oficina Estadual de APLs, em que os municípios selecionados inicialmente, foram validados para 2008-2011 e se discutiu também, a formalização do Núcleo Estadual de APLs – NEAPL/AM, a metodologia de trabalho e a importância das visitas. Nesta ocasião, formou-se ainda o grupo de parceiros que se lançaram como membros.

A partida para a elaboração dos Planos de Desenvolvimento foi dada na I Reunião do Fórum de APL (2007), em que foram encaminhados diversos assuntos. A participação na 1ª Reunião Plenária dos Núcleos Estaduais de Apoio aos APLs, Brasília-DF, teve por objetivos apresentar os resultados que vem sendo alcançados no Amazonas e compartilhar experiências sobre o processo de instalação do Núcleo e delinear ações. Realizou-se ainda a II Reunião do Fórum de cada APL, em que se definiram os municípios e a agenda de visitas.

Ocorreram também neste ano: criação do espaço no site da SEPLAN (www.seplan.am.gov.br) e e-mail (neapl@seplan.am.gov.br); participação na 3ª Conferência Nacional de APLs, Brasília/DF (Dez/07), incluindo a apresentação do APL de Fitoterápicos e Fitocosméticos; Apresentação da palestra “Plano Estratégico dos APLs no

Amazonas” no I Encontro de Empreendedorismo da Amazônia, realizado em Manaus, Dez/07.

Aconteceram reuniões específicas para todos os segmentos, sendo convocados os atores relacionados conforme segmento. A exposição dos obstáculos e de metas para cada segmento relacionado nos APLs foi se realizando através de encontros periódicos definidos conforme as demandas e a agenda dos atores. Em 2008, realizou-se a 3ª Reunião Geral do Fórum, com o intento de definições mais objetivas para a consolidação dos PDPs. Foram inseridas ações nos planos, e também foram definidos os palestrantes de cada segmento para defesa do plano no seminário em outubro/2008, Brasília-DF.



Em 2009 houve a realização de atividades como ajustes nos PDPs e envio à Secretaria Técnica do GTP APL (MDIC), para que seus integrantes manifestem o tipo e forma de apoio; realização de palestra sobre APLs aos representantes do Governo da Venezuela; atualização do conteúdo na página da SEPLAN e envio de editais e notícias aos parceiros; realização de workshop em municípios participantes dos APLs; participação na Videoconferência sobre o Fundo Amazônia e na IV Conferência Brasileira de APLs, com destaque para as palestras sobre APL de Produtos e Serviços Ambientais, APL de Fitoterápicos e Fitocosméticos e APL de Turismo e, contatos feitos com as instituições âncoras, no evento paralelo Encontro de Oportunidades.

Encontram-se em andamento neste ano de 2010, estudos na área da piscicultura, sistemas de monitoramento e responsabilidade social e ambiental. Foi realizado em agosto o I Seminário Estadual de APLS, com o objetivo de discutir as ações realizadas e demandas atuais no sentido de melhorar as atividades em prol dos apls incluídos na bioeconomia regional, que contou com a participação da EMBRAPA, UFAM, IF-AM, UEA, INPA, CBA, FAPEAM, SEBRAE/AM, entre outros.

Considerações finais

Os APLs possuem um papel fundamental no desenvolvimento econômico, social e tecnológico de uma região, beneficiando todas as empresas e engajando ao seu redor comunidades locais, centros de biotecnologia e pesquisa, instituições de ensino e entidades públicas ou privadas. Tudo isso pode oportunizar a geração de maior competência às empresas, maior competitividade e inserção em novos mercados, inclusive externos.

Nesse sentido, não devem ser promovidas atividades ou obras, que contribuiriam para a degradação ambiental e para os conflitos sociais vigentes na região, ao contrário do que se observou no passado recente, em que estas eram executadas sem cuidadosa análise, sem debate com a sociedade regional e sem contemplar ações de ordenamento, prevenção e mitigação de efeitos perversos.



Na região Amazônica, predomina uma desuniforme dispersão de micro e pequenas empresas no imenso espaço geográfico regional, o que dificulta a coesão necessária das relações cooperativas intra e inter-indústria para a formação de aglomerações produtivas. Em muitos casos, há apenas produtos sendo gerados e comercializados na forma *in natura* ou parcialmente processados em indústrias rurais, com baixo conhecimento tecnológico.

Mesmo assim, os arranjos que tem se formado em torno dos produtos da Amazônia cabem dentro do conceito de APL, tornando a bioindústria regional alvo para a aplicação dessa estratégia, procurando mudar a realidade e inserir produtos inéditos no mercado global, pois são provenientes da região de maior biodiversidade do planeta. Isto requer atenção quanto às questões ambientais, normas, propriedade intelectual (patentes), etc. A falta de conhecimento ainda é muito grande quanto à melhoria da qualidade, inovação tecnológica, meios de exportação, incentivos, etc.

A estratégia APL depende fortemente de sua interação com outras políticas de múltiplas escalas e sua função não deve ser homogênea. Não é difícil perceber que para um crescente desenvolvimento dessa estratégia, são necessárias maiores participações e continuidade das políticas direcionadas para incentivar os micro e pequenos empreendedores que não são assistidos e possuem baixa produção, mas possuem elevado potencial para expansão das atividades.

A realização de maiores investimentos na biotecnologia pelos órgãos públicos, envolvendo as cadeias produtivas (produção, distribuição e consumo), dando atenção especial ao manejo sustentável, além de opções viáveis de comercialização, são ações que precisam ser priorizadas. Como a região representa um centro de produção de intensas relações de compra e venda, uma melhor gestão, maior apoio organizacional e um rigoroso controle fitossanitário são necessários. Atrelado, destaca-se maior capacitação técnica e assistência aos produtores por meio de oficinas, cursos, palestras, feiras e abertura de programas de crédito, como forma de contribuir para uma melhor formação e profissionalismo.

REFERÊNCIAS

- ALBAGLI, S. e BRITO, J. Arranjos Produtivos Locais: Uma nova estratégia de ação para o SEBRAE – Glossário de Arranjos Produtivos Locais. RedeSist, 2002. www.ie.ufrj.br/redesist.
- CASSIOLATO, J.E.; LASTRES, H.M.M. & SZAPIRO, M. Arranjos e Sistemas Produtivos Locais e Proposições de Políticas de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico. Rio de Janeiro: UFRJ/IE, 2000. (Nota técnica, 27/2000).
- LASTRES, H.M.M.; ALBAGLI, S.; MACIEL, M.L.; LEGEY, L.; LEMOS, C.R.; SZAPIRO, M.; CASSIOLATO, J.E. Interagir para competir: promoção de arranjos produtivos e inovativos no Brasil. Brasília: SEBRAE: FINEP: CNPq, 2002.
- MCT. *Plataformas tecnológicas para a Amazônia Legal*. Brasília. 2001.
- REDESIST. Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais. www.ie.ufrj.br/redesist/.
- SUZIGAN, W., Furtado, J., Garcia, R., Sampaio, S. Sistemas Locais de Produção: mapeamento, tipologia e sugestões de políticas. XXXI Encontro Nacional de Economia da ANPEC. Porto Seguro, 10-12 de dezembro de 2003.

* **Marconde Carvalho de Noronha** é economista, com mestrado em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Amazonas, pós graduado em Gestão Estratégica e Qualidade pela Universidade Cândido Mendes (RJ). Atualmente é Assessor de Relações Internacionais e Coordenador do Núcleo de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Estado do Amazonas – NIFFAM da SEPLAN/AM, aonde exerceu o cargo de Diretor de Desenvolvimento Regional de 2006 a 2013. É professor da Faculdade FUCAPI e autor de livros didáticos de geografia do Amazonas.